



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Setor de Educação

Educação de qualidade, equidade e desenvolvimento sustentável:

*uma concepção holística inspirada nas
quatro conferências mundiais sobre educação
organizadas pela UNESCO em 2008-2009*

A finalidade deste documento é enfatizar os pontos comuns e as sinergias existentes entre os temas das quatro conferências internacionais sobre educação organizadas pela UNESCO, a fim de explicitar a maneira como cada uma delas aborda, a partir de pontos de vista diferentes, os principais problemas do mundo contemporâneo para os quais a educação poderá fazer a diferença, com a condição de que sejam elaboradas políticas fundamentadas em uma visão global dos sistemas educativos.

Novembro de 2008

ED.2009/WS/22

Título original: Quality education, equity and sustainable development: a holistic vision through UNESCO's four World Education Conferences 2008-2009

1. Introdução

Durante o presente biênio, a UNESCO organiza quatro importantes conferências sobre educação:

- **48ª Conferência Internacional de Educação:** A educação inclusiva: o caminho para o futuro (25 a 28 de novembro de 2008, Genebra, Suíça)
- **Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável:** Comprometer-se na segunda metade da Década (31 de março a 2 de abril de 2009, Bonn, Alemanha)
- **Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI):** Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem de adultos (19 a 22 de maio de 2009, Belém, Brasil)*
- **Conferência Mundial 2009:** A nova dinâmica da educação superior e a pesquisa para a transformação social e o desenvolvimento (5 a 8 de julho de 2009, Paris, França)¹

Cerca de 20 conferências e reuniões regionais e sub-regionais estão previstas para preparar essas conferências mundiais.

“O desenvolvimento e a prosperidade econômica dependem da capacidade dos países de educar todos seus habitantes e de oferecer-lhes as possibilidades de aprendizagem ao longo da vida. Uma sociedade inovadora prepara seus membros não somente para aceitar a mudança e adaptar-se a ela, como também para controlá-la e influenciá-la. A educação enriquece as culturas, cria entendimento mútuo e sustenta as sociedades pacíficas. A UNESCO espera reafirmar que a educação deve ser concebida como direito fundamental e como elemento essencial para o desenvolvimento integral do potencial humano.”

Estratégia a Médio Prazo da UNESCO 2008-2013 (parágrafo 32)

Como todo sistema, o sistema educativo é um conjunto complexo formado por muitas partes inter-relacionadas, interdependentes e interativas. Esses elementos constituem uma entidade coletiva e o que acontece com uma delas afeta as demais. Entretanto, frequentemente os sistemas educativos são considerados de modo fragmentado. As quatro conferências oferecem a oportunidade excepcional de definir de modo mais preciso uma visão global e de promover o debate sobre as maneiras de melhorar os sistemas educativos a partir de pontos de vistas e perspectivas que levem em consideração os diferentes aspectos que influenciam sua qualidade e equidade.

* A CONFINTEA VI foi postergada para o período de 1º a 4 de dezembro de 2009, em Belém, Brasil.

1. Em 2010, uma quinta conferência sobre educação e a proteção da primeira infância deverá ser organizada pela UNESCO em colaboração com a cidade de Moscou e a Federação Russa.

2. Oportunidades de aprender em todas as idades e em todas as etapas da vida

As tendências mundiais afetam a educação e tornam necessários sistemas educativos capazes de reagir, de se adaptar, de evoluir e de prever as necessidades socioeconômicas. A globalização e as migrações são duas dessas tendências intimamente relacionadas. Impulsionada pela tecnologia, a educação está dando lugar a uma integração econômica mais estreita e, em muitos casos, gerando disparidades e desigualdades crescentes dentro dos países e entre eles. Um número crescente de pessoas migra em busca de emprego e de uma vida melhor. As migrações internacionais, voluntárias ou não, atingem níveis sem precedentes. Em 2005, havia quase 190 milhões de pessoas expatriadas, ou seja, cerca de 3% da população mundial, e tal situação torna necessária a aquisição de conhecimentos e competências – especialmente interculturais – novas. O desenvolvimento urbano também está modificando o entorno social do mundo, já que mais da metade da população do planeta vive nas cidades e cerca de um terço dela em bairros favelizados. O êxodo rural atingiu mais de 800 milhões de pessoas durante os últimos 50 anos, tal deslocamento da população exige novas modalidades de aprendizagem que favoreçam a coesão social e a compreensão, assim como novas parcerias.

À medida que as sociedades são confrontadas com rápidas transformações e se tornam mais integradas e exigem mais conhecimentos, é cada vez mais importante que os cidadãos sejam capazes de resolver os problemas, de mudar, de se adaptar e de refletir de forma crítica. Cada vez com mais frequência, o que impulsiona o desenvolvimento de um país é o nível de instrução e de competência de sua população. É o motivo pelo qual a educação ao longo da vida para todos deve tornar-se o princípio que rege a orientação e a organização das reformas educacionais.

Os sistemas educacionais podem estimular a integração de todas as crianças, de todos os adolescentes, jovens e adultos de todas as idades de diferentes maneiras, em particular facilitando-lhes o acesso equitativo em todos os níveis de ensino e cursos, além de oferecer conexões e possibilidades de transição abertas e flexíveis entre a educação formal e a educação não formal, assim como entre os diferentes tipos de instituição e as áreas de estudo. Esforços coordenados se impõem, então, para assegurar a participação de todos os membros da comunidade e trazer, caso necessário, apoio apropriado aos grupos vulneráveis. É indispensável, portanto, estabelecer, entre os atores-chave, parcerias que possam apoiar os processos de transição voltados para uma educação permanente inclusiva. Entre os interessados figuram, principalmente, as famílias e os tutores; os docentes e outros profissionais da educação, assim como pessoas de outros setores (tais como os serviços de saúde e de assistência social); professores universitários, pesquisadores e formadores de docentes; administradores e diretores de âmbito nacional, local e escolar; setor privado; sociedade civil e membros dos grupos minoritários expostos a risco de exclusão.

A aprendizagem e a educação de adultos são elementos importantes da aprendizagem ao longo da vida, cujo fundamento é a alfabetização. Permitem transmitir competências e atitudes que promovem o bem-estar pessoal e social e uma cidadania ativa, habilitam para tomar decisões responsáveis para o futuro e ajudam a responder às necessidades técnicas de ordem profissional, facilitando as mudanças de carreira e avanço profissional.

Em uma sociedade de aprendizagem, a família, a comunidade, o mundo do trabalho, as atividades de lazer assim como os meios de comunicação e as TICs devem ser consideradas fontes de aprendizagem e fatores que influenciam o papel dos sistemas educacionais. Políticas e práticas de educação permanente só podem ser coroadas de êxito se os países progredirem ainda mais para o reconhecimento, a validação e a convalidação das competências adquiridas em diferentes contextos educacionais, compreendida a educação não formal e informal.

3. Educação “para quê?” Valores, conhecimentos e competências a serviço do desenvolvimento sustentável

De acordo com o *Relatório do desenvolvimento humano 2007-2008*², “existem ainda um bilhão de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza com menos de um dólar por dia e 2,6 bilhões – 40% da população do planeta – com menos de dois dólares por dia”. Uma educação de qualidade desempenha papel central para a redução da pobreza, melhoria das condições de vida e responsabilização da população. É a pedra angular para construir sociedades mais justas e sustentáveis.

O meio ambiente ocupa agora o primeiro plano nas preocupações políticas, devido aos efeitos do aquecimento do planeta e das mudanças climáticas. Também é evidente que as mudanças climáticas e outras questões relativas à sobrevivência do planeta – principalmente água, energia, agricultura, alimentação, saúde e biodiversidade – devem ser abordadas no âmbito mais amplo do desenvolvimento sustentável. Essas questões são absolutamente indissociáveis dos problemas sociais, culturais e econômicos, tais como a pobreza generalizada, o desenvolvimento econômico desigual, o crescimento demográfico, a perda da diversidade cultural e linguística e a exclusão das oportunidades educacionais.

A pergunta “Educação para quê?” passa progressivamente para o primeiro plano, centralizando-se na qualidade e na pertinência da educação, conteúdo e métodos pedagógicos, em particular na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), coordenada pela UNESCO, visa, principalmente, transformar as modalidades e a finalidade da educação, estimulando os países a reorientar seu sistema educacional. Elaborou-se uma concepção global do desenvolvimento sustentável fundamentada em três elementos-chave, que são a sociedade, o meio ambiente e a economia, já que a cultura é um elemento subjacente. Sobre essa base, a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) significa uma educação permanente com vistas à aquisição de valores, conhecimentos e competências que ajudem as crianças, os jovens e os adultos a encontrar soluções inéditas aos problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam suas condições de vida.

A educação de qualidade tem um conteúdo muito variável e consiste tanto em assegurar um bom conhecimento dos idiomas (incluindo a língua materna), da matemática e das ciências, quanto em inculcar valores que favoreçam o respeito aos direitos do homem e da diversidade, assim como o sentido das relações humanas. Ainda que as avaliações internacionais, regionais e, cada vez mais frequentemente, as nacionais efetuadas a partir de meados da década de 1990 mostrem que em muitos países os resultados obtidos em línguas, em matemática e em outras matérias deixam a desejar, necessita-se com urgência reflexão e pesquisas mais aprofundadas sobre como essas disciplinas importantes devem ser tratadas e ensinadas no sistema educacional formal sem sobrecarregar os currículos, e também sobre como elaborá-los nos contextos não formais e informais, para alunos de todas as idades e provenientes das mais diversas condições sociais. Da mesma forma, as práticas pedagógicas e o papel dos professores devem ser avaliados, pois a educação só poderá mudar se os professores e educadores também mudarem.

Mais de dez anos depois da publicação do Relatório³ da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO, coordenada por Jacques Delors, que destaca os “quatro pilares da educação” (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser), a educação tem a tendência de permanecer principalmente fundamentada no desenvolvimento de competências cognitivas e na assimilação de conhecimentos. Esses elementos são essenciais, mas, ao mesmo tempo, os programas e as condições de aprendizagem devem promover melhor a **compreensão de nós mesmos e do mundo que nos cerca**.

2. PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano 2007-2008*: combater as alterações climáticas; solidariedade humana num mundo dividido. Brasília: PNUD, 2007. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008>>.

3. UNESCO. *A educação: um tesouro a descobrir*. Brasília: UNESCO, Ed. Cortez, 1996.

4. A integração: oportunidades de aprendizagem para todos ao longo da vida

A educação é um bem e um direito humano de que ninguém pode ser privado, já que contribui para o desenvolvimento dos povos e das sociedades. O enfoque da UNESCO, global e fundamentado nos direitos humanos, é favorável a uma educação inclusiva de qualidade que satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem, que enriqueça a vida de todos os educandos, independentemente de origem ou circunstâncias, com especial importância sendo atribuída aos grupos mais vulneráveis e marginalizados. Entre eles figuram especialmente as crianças, os jovens e adultos com necessidades educacionais especiais; os migrantes e nômades; as minorias étnicas, linguísticas, religiosas ou culturais; crianças e jovens que trabalham ou vivem nas ruas, em situação de risco; os adultos analfabetos; a população rural, os refugiados ou as pessoas deslocadas e aquelas que vivem em áreas de conflito ou que sofreram uma catástrofe natural; as vítimas da violência; as meninas e as mulheres; as crianças afetadas pelo HIV ou pela aids e os órfãos.

Dessa maneira, existem numerosos obstáculos à educação e se necessita de políticas específicas para superar as desvantagens e corrigir as desigualdades. As escolas e os outros contextos de aprendizagem devem ser transformados para atender às necessidades de todos os membros da comunidade e ser adaptados à diversidade de alunos independentemente da idade, origem social e características culturais ou individuais em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Isso significa que as estruturas e as modalidades devem ser variadas e flexíveis. É preciso adaptar os programas, a pedagogia e os métodos de ensino aos estudantes, por exemplo, mediante o uso da língua materna como meio de instrução nos primeiros anos de aprendizagem; oferecer refeições e medidas de prevenção sanitária a todos os estudantes quando necessário; tomar medidas que garantam a proteção e o acesso seguro a todos os que estudam, ensinam ou trabalham nas escolas ou outros centros de aprendizagem; vincular a educação ao mundo do trabalho; promover atitudes, a utilização de materiais pedagógicos e programas didáticos que modifiquem os processos de socialização de homens e mulheres.

Um problema fundamental consiste em assegurar que o conceito de inclusão esteja refletido nas políticas nacionais de tal modo que, de um lado, se busque incessantemente tanto as crianças e os jovens não matriculados no sistema escolar formal, quanto os adultos ou jovens excluídos das oportunidades de aprendizagem formal e não formal e, de outro lado, que as escolas e os outros estabelecimentos de ensino, especialmente os de nível superior, estejam em condições de administrar a diversidade e possam se adaptar às necessidades de cada pessoa.

No âmbito do sistema formal, os esforços para ampliar o número de matrículas devem ser acompanhados de políticas visando melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e conseguir que as crianças e os jovens marginalizados sejam escolarizados com êxito. Essas medidas repercutem no ensino, nos conteúdos e nos programas de estudos, nos métodos de interação e nas relações entre escola e comunidade. Desafios similares existem em contextos educacionais não formais, nos quais é preciso elaborar respostas apropriadas a um amplo espectro de necessidades de aprendizagem. Enfim, como já foi dito, é preciso buscar e fortalecer os vínculos e as conexões entre a educação formal e a não formal com vistas a uma educação mais inclusiva. O ensino superior e a pesquisa devem desempenhar função essencial na criação e na difusão dos conhecimentos relativos a todos esses aspectos, como fundamentos de uma formulação de políticas que propiciem a integração.

5. O ensino superior e a pesquisa a serviço de um futuro melhor

O ensino superior se desenvolveu de forma constante durante a última década: de fato, havia no mundo cerca de 138 milhões de alunos matriculados em 2005, o que representa um aumento de quase 50% a partir de 1999⁴, o que supõe graves dificuldades financeiras em numerosos sistemas. Apesar dessa expansão, em várias grandes regiões em desenvolvimento, especialmente na África sub-saariana e na Ásia meridional e ocidental, uma proporção muito reduzida de jovens tem acesso ao ensino superior. Por esse motivo, promover a equidade de acesso e a inclusão constitui elemento essencial das políticas, junto com a garantia de qualidade, especialmente no contexto de uma sociedade globalizada, e a diversificação da oferta de ensino superior e, sobretudo, com o surgimento da educação superior internacional e transfronteiriça.

O ensino superior é uma força motriz para o desenvolvimento cultural, social e econômico das nações e das pessoas, como fator endógeno de aumento de capacidades e promotor dos direitos humanos, de solidariedade intelectual internacional, de desenvolvimento sustentável, de democracia, de paz e de justiça. As instituições de ensino superior, como centros de pesquisa, ensino e debate intelectual, desempenham um papel crucial na produção e partilha de conhecimentos, assim como na preparação dos estudantes para uma ampla gama de profissões e responsabilidades na sociedade. No contexto da rápida evolução tecnológica, as instituições de ensino superior devem dotar os alunos com as capacidades, habilidades e oportunidades que lhes permitam adaptarem-se continuamente às exigências das sociedades do conhecimento.

O ensino superior e a educação básica para todos não devem ser considerados como opções de políticas distintas por parte dos poderes públicos, seja em relação ao desenvolvimento social e econômico ou ao nível da alocação de verbas. Os estabelecimentos de ensino superior e de pesquisas têm papel de vanguarda a desempenhar para diminuir a pobreza, promover a inovação das condições de aprendizagem e das pedagogias em diferentes contextos, na formação de professores e, de um modo geral, favorecer o desenvolvimento sustentável e a realização dos objetivos internacionais de desenvolvimento pela pesquisa e pelo conhecimento.

Tudo o que se disse acima levanta questões não só quanto ao *que* os estabelecimentos de ensino superior fazem, mas também com relação a *como* procedem, isto é, sobre a dimensão ética do ensino superior e da pesquisa e sua respectiva responsabilidade e comprometimento no plano social. A responsabilidade social está ligada não apenas ao comprometimento dos estabelecimentos superiores em relação à comunidade e à implantação de políticas de inclusão para responder às necessidades educacionais dos jovens e dos adultos marginalizados e vulneráveis, mas também aos princípios e estratégias de pesquisa e de ensino. A esse respeito, os estabelecimentos de ensino superior deveriam, da mesma forma, promover valores e atitudes éticas nos alunos para fortalecer suas responsabilidades e sensibilizá-los mais em relação à sociedade e às realidades locais, nacionais e mundiais.

4. UNESCO. *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?*. Paris: UNESCO, 2007.

6. Conclusões

É amplamente reconhecido que a educação é indispensável para sociedades justas, pacíficas, adaptáveis e livres da pobreza, e que nenhum dos objetivos de desenvolvimento internacional será alcançado sem a educação. A UNESCO deve cuidar que a Educação para Todos (EPT) continue sendo uma prioridade mundial e deve apoiar os esforços empreendidos pelos países para cumprir os seis objetivos de EPT até 2015, enfatizando a equidade. Porém, a missão da Organização relacionada à educação vai mais longe. Sendo o desenvolvimento sustentável a última meta, é preciso dar mais atenção à inclusão, à coesão social e à justiça social, à educação permanente e ao papel essencial do ensino superior e da pesquisa.

Para a UNESCO, é um grande desafio organizar quatro conferências internacionais sobre a educação – além de numerosas conferências regionais preparatórias – em um período de menos de um ano. Garantir o êxito de todas elas requer não apenas minuciosa preparação e considerável mobilização de todos e de cada um, como também enorme esforço para determinar e evidenciar os vínculos e sinergias entre os problemas e os temas abordados. Se essas conferências contribuírem de maneira visível para dar forma a nossa visão sobre a educação no mundo de hoje e de amanhã, apresentando as mesmas mensagens e realçando opções de políticas e abordagens coerentes e que se reforcem mutuamente, a UNESCO estará em melhores condições para acompanhar e apoiar o desenvolvimento nacional da educação nos próximos anos.

As quatro conferências partem todas do princípio de que os sistemas educacionais devem estimular a equidade e a inclusão, a educação de qualidade, a flexibilidade e a inovação. Elas se baseiam na convicção de que a educação é um direito, assim como um dos fundamentos e uma das condições prévias para o desenvolvimento sustentável, e de que a educação dura toda a vida. Elas oferecem uma oportunidade excepcional para amplo diálogo sobre as prioridades educacionais e fornecerão linhas diretas aos decisores e às outras partes interessadas sobre a maneira de transformar os sistemas educacionais.

Com base nos acordos e marcos internacionais, regionais e sub-regionais existentes, as conferências deverão fomentar uma maior consciência da necessidade de repensar e reorientar os sistemas de educação formal e não formal, e estimular a elaboração de diretivas concretas para os responsáveis pela formulação de políticas de educação e outros interessados nos planos nacional e internacional. O papel insubstituível do professor deverá ser objeto de especial atenção.

Uma sociedade inovadora prepara seus cidadãos não apenas para receber a mudança e se adaptar a ela, mas também para administrá-la e influenciá-la. O que os países devem fazer para implantar sistemas educacionais que sejam inclusivos, equitativos e de alta qualidade e que contribuam para o desenvolvimento sustentável, sistemas que promovam o acesso e a qualidade para todos os alunos, em cada etapa de sua vida? Como a educação superior e a pesquisa podem responder às expectativas que elas suscitam para serem fatores de mudança e de progresso na sociedade? Considerando as situações de restrição financeira, quais níveis e formas de educação se deve priorizar? Não existem respostas simples para essas questões, mas uma frase do Relatório Delors⁵ pode servir de espelho para avaliar a educação: “As opções educacionais são escolhas da sociedade”.

As sociedades que se caracterizam pela pobreza, por graves desigualdades, discriminação e exclusão não estão no bom caminho para o desenvolvimento. Os sistemas educacionais caracterizados pela desigualdade, discriminação e exclusão contribuem para o agravamento das disparidades sociais e econômicas existentes e igualmente se afastam do desenvolvimento equitativo e sustentável que devem seguir. As sociedades sustentáveis fundamentam-se na convicção de que cada um tem o direito de aprender, a capacidade de trazer sua contribuição, e tem a responsabilidade de garantir que os demais compartilhem os benefícios do desenvolvimento. O ciclo de conferências da UNESCO tem por objetivo fomentar uma reflexão dinâmica e de amplo alcance sobre o poder transformador da educação a serviço dessa visão, assim como levar os decisores, os pesquisadores e as diversas instituições a reorientarem os sistemas educacionais – a partir da educação da primeira infância até o ensino superior, em contextos formais e não formais – a fim de promover a equidade, a educação permanente, a inovação e o desenvolvimento sustentável.

As conferências podem e devem contribuir para o impulso político, no pouco de tempo que resta até 2015, data fixada para a consecução dos objetivos de EPT, e manter e acelerar os progressos para que cada um possa exercer em qualquer idade seu direito à educação.

5. UNESCO. *A educação: um tesouro a descobrir*. Brasília: UNESCO, Ed. Cortez, 1996.

Anexo 1. Tema das conferências

48ª Conferência Internacional sobre Educação

A educação para a inclusão: um caminho para o futuro

Subtemas:

1. Enfoques, alcance e conteúdo (para ampliar a compreensão da teoria e a prática da educação inclusiva)
2. Políticas públicas (demonstrar o papel dos poderes públicos na elaboração e implantação das políticas relativas à educação inclusiva)
3. Sistemas, conexões e transição (criar sistemas de educação inclusiva que ofereçam possibilidades de educação permanente)
4. Alunos e docentes (ajudar a criar condições de aprendizagem em que os docentes estejam preparados para satisfazer as expectativas e as necessidades dos alunos)

Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Comprometer-se na segunda metade da Década das Nações Unidas

Subtemas:

1. Pertinência da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) em face dos problemas do desenvolvimento sustentável
2. Estabelecimento de parcerias para a EDS
3. Aumento das capacidades para a EDS
4. A EDS e o processo de ensino e aprendizagem

Conferência 2009 sobre Ensino Superior

A nova dinâmica do ensino superior e a pesquisa a serviço do progresso social e do desenvolvimento

Principais temas:

1. Internacionalização, regionalização e globalização
2. Equidade, acesso e qualidade
3. Aprendizagem, pesquisa e inovação

Cada um desses temas será analisado sob diferentes ângulos, em particular do ponto de vista:

1. das funções e responsabilidades dos setores públicos e privados;
2. da urgência de novos modelos e enfoques;
3. das possibilidades oferecidas pelas TICs e pelo ensino a distância e a aprendizagem livre, incluindo os recursos educacionais de livre acesso;
4. das consequências em termos de financiamento e investimento;
5. das consequências no nível de governança e de gestão.

Reuniões plenárias sobre dois temas principais:

1. O papel da educação superior em face dos grandes problemas mundiais (desenvolvimento sustentável, EPT e erradicação da pobreza).
2. O compromisso da sociedade para com a educação superior e a responsabilidade social da educação superior.

Tema especial: Revitalização do ensino superior na África

Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI)

Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem de adultos

Subtemas:

1. Erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável
2. Inclusão e participação
3. Qualidade da aprendizagem e da educação de adultos
4. Políticas, estruturas e financiamento da aprendizagem e da educação de adultos
5. Alfabetização e competências básicas

<http://www.unesco.org/education/es/sector>